

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### TEXTO

#### MUDANÇA DE MODELO *O Globo, 8/02/2004*

#### CARTA DO LEITOR 1

O governo brasileiro está perdendo uma ótima oportunidade de promover uma melhor distribuição populacional através de seus programas sociais, diminuindo a pressão demográfica nos grandes centros. O Fome Zero, o Bolsa Família e renda mínima para todos os idosos carentes são instrumentos poderosos para transferência dessas famílias miseráveis para municípios pequenos, que receberiam a infra-estrutura necessária, como a construção de unidades habitacionais, educacionais e hospitalares, com o acompanhamento de professores e médicos sensíveis à causa. A proposta do governo de estender o Bolsa Família para as famílias carentes dos grandes centros é um equívoco, pois incentiva a população miserável a permanecer onde está, inchando as favelas. (Paulo José Figueiredo Ferreira Bastos)

#### CARTA DO LEITOR 2

É óbvio que as favelas enfeiam a cidade. É obrigação do poder público fazer valer as leis. Deixar as favelas onde estão apenas mostra o quão desprestigiados estão os órgãos responsáveis por fazer valer as leis contra as ocupações irregulares. No século XIX, Paris era uma cidade doente antes da remoção das favelas e da abertura dos grandes boulevares. Favela não é lugar para seres humanos, mas muitas pessoas preferem que seus empregados morem nos morros próximos para não ter que pagar seu transporte, e inconscientemente perpetuam o modelo casa-grande e senzala. É imperativo desenvolver parcerias com a iniciativa privada, incentivando construções populares com prazo de pagamento de 120 meses. Ao mesmo tempo, o Estado modernizaria o atual modelo de transporte público. Ou seja, soluções existem. É preciso começar logo. (Martha de Aratanha)

**01** - Nos dois textos, os leitores abordam o problema das favelas; comparando-os, podemos dizer que esses textos:

- (A) defendem a mesma tese com argumentos diferentes;
- (B) apresentam argumentos diferentes para teses diferentes;
- (C) mostram teses idênticas com argumentos idênticos;
- (D) indicam posições opostas diante do mesmo problema;
- (E) mostram argumentos contraditórios dentro de cada texto.

**02** - Os dois textos apresentam críticas a segmentos da sociedade que, de certo modo, colaboram para a

manutenção dos modelos atuais. O item abaixo em que **NÃO** se localiza qualquer crítica é:

- (A) “Deixar as favelas onde estão apenas mostra o quão desprestigiados estão os órgãos responsáveis por fazer valer as leis contra as ocupações irregulares.”;
- (B) “É imperativo desenvolver parcerias com a iniciativa privada, incentivando construções populares com prazo de pagamento de 120 meses.”;
- (C) “O governo brasileiro está perdendo uma ótima oportunidade de promover uma melhor distribuição populacional através de seus programas sociais...”;
- (D) “muitas pessoas preferem que seus empregados morem nos morros próximos para não ter que pagar seu transporte, e inconscientemente perpetuam o modelo “casa-grande e senzala”.”;
- (E) “A proposta do governo de estender o Bolsa Família para as famílias carentes dos grandes centros é um equívoco,...”

**03** - “O Fome Zero”, “o Bolsa Família” mostram o artigo definido masculino com um vocábulo feminino, o que parece gramaticalmente estranho, mas é resultante da omissão de um termo facilmente subentendido, o que também ocorre em:

- (A) o (telefone) celular;
- (B) o (dente) canino;
- (C) o (navio) transatlântico;
- (D) o (cão de) fila;
- (E) o (time do) Fluminense.

**04** - “O governo brasileiro está perdendo uma ótima oportunidade de promover uma melhor distribuição populacional através de seus programas sociais, diminuindo a pressão demográfica nos grandes centros.”; o comentário correto a respeito desse segmento do texto é:

- (A) através do governo, o leitor está criticando os projetos governamentais;
- (B) promover uma melhor distribuição populacional é efeito da diminuição da pressão demográfica nos grandes centros;
- (C) implicitamente, o leitor mostra a opinião de que as favelas já apresentam uma boa distribuição populacional;
- (D) o leitor observa que o problema da distribuição populacional é geral, mas se torna mais grave nos grandes centros;
- (E) o leitor não só apresenta uma crítica como também indica o caminho a ser tomado, ainda que de forma geral.

**05** - “Pressão demográfica” tem como significado:

- (A) aumento de desempregados nos grandes centros;
- (B) incentivo à ocupação irregular de terras;

- (C) um efeito do crescimento desmesurado da população;
- (D) busca de melhores condições de sobrevivência;
- (E) falta de apoio estrutural para as famílias carentes.

**06** - O título “Mudança de modelos” só **NÃO** se refere, abrangendo-se as opiniões veiculadas nos dois textos, a mudanças:

- (A) nas relações capital X trabalho;
- (B) nas aplicações dos programas governamentais;
- (C) nos programas de assistência a famílias miseráveis;
- (D) nas leis contra as ocupações irregulares;
- (E) nos serviços de transporte público.

**07** - “O Fome Zero, o Bolsa Família e renda mínima para todos os idosos carentes são instrumentos poderosos para transferência dessas famílias miseráveis para municípios pequenos,...”; com isso o leitor quer dizer que os programas governamentais:

- (A) são ótimos instrumentos de transferência de renda;
- (B) incentivariam a não-transferência de pobres para os grandes centros;
- (C) deveriam ajudar a povoar os municípios pequenos;
- (D) contribuiriam para uma melhor produção agrícola;
- (E) melhorariam, sob condições, a vida de famílias carentes.

**08** - Ao dizer que a extensão do Bolsa Família para as famílias carentes dos grandes centros “incha” as favelas, o leitor da carta 1 emprega o verbo *inchar* como sinônimo de:

- (A) enfatuar;
- (B) envergonhar;
- (C) dilatar;
- (D) ensoberbecer;
- (E) intensificar.

**09** - “É óbvio que as favelas enfeiam a cidade.”; a constatação do leitor 2 situa-se no plano:

- (A) moral;
- (B) ético;
- (C) social;
- (D) econômico;
- (E) estético.

**10** - A forma *enfeiam* pertence ao verbo *enfeiar*, que ditonga o E do radical em EI nas formas rizotônicas, o que também ocorre com alguns verbos com a vogal I no radical. O único verbo abaixo que **NÃO** ditonga a vogal do radical em nenhuma de suas formas verbais é:

- (A) variar;

- (B) incendiar;
- (C) mediar;
- (D) remediar;
- (E) ansiar.

**11** - O exemplo da cidade de Paris, citado pelo leitor da carta 2, serve para mostrar que:

- (A) a remoção de favelas contribuía para a doença da cidade de Paris;
- (B) o respeito às leis é indispensável para o progresso;
- (C) só se consegue segurança com justiça social;
- (D) o equilíbrio social é condição do progresso econômico;
- (E) a beleza de uma cidade não pode permitir a existência de favelas.

**12** - O algarismo romano XIX é lido como numeral cardinal; o item em que o algarismo romano deve ser lido como ordinal é:

- (A) Luís XVI;
- (B) João XXIII;
- (C) Pio X;
- (D) século XXI,
- (E) casa II.

**13** - “...inconscientemente perpetuam o modelo casa-grande e senzala.”; temos aqui o exemplo de um(a):

- (A) alusão;
- (B) citação;
- (C) paráfrase;
- (D) paródia;
- (E) plágio.

**14** - “É preciso começar logo.”; a frase final da carta 2 soa, após a leitura das duas cartas, como um(a):

- (A) conselho;
- (B) ameaça;
- (C) pedido;
- (D) exigência;
- (E) alarme.

### ADVOGADO

**15** - Candido, brasileiro, pai de Sofia, pretende impedir a viagem de sua filha aos Estados Unidos, em companhia do seu namorado Augusto, aduzindo ser o seu sustentáculo moral e material. Sofia completou em 2004, dezoito anos de idade. À luz do novo Código Civil, a maioria é atingida aos:

- (A) dezesseis anos;
- (B) dezessete anos;
- (C) dezoito anos;
- (D) dezenove anos;
- (E) vinte anos.

**16** - Nos termos da Constituição Federal, bens importados pelo Estado de São Paulo, sendo o ato autorizado pelo Governador do Estado, são:

- (A) isentos do imposto de importação;
- (B) imunes ao imposto de importação;
- (C) incidentes do imposto de importação;
- (D) suspensos do imposto de importação;
- (E) solidários pelo imposto de importação.

**17** - Os membros da Defensoria Pública da União efetuaram movimento de protesto, prometendo greve, caso suas reivindicações não fossem atendidas. A negociação tem sido encaminhada observando-se que a Defensoria Pública da União integra o:

- (A) Poder Executivo Federal;
- (B) Poder Legislativo Federal;
- (C) Tribunal de Contas da União;
- (D) Distrito Federal;
- (E) Ministério Público Federal.

**18** - Petrônio impetrou Mandado de Segurança pleiteando a compensação tributária pertinente ao imposto de renda incidente sobre os seus rendimentos como pessoa física. Consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, podemos afirmar:

- (A) a liminar autorizando a compensação é admissível no caso referido;
- (B) o Mandado de Segurança é a via adequada para a discussão de compensação tributária;
- (C) somente as vias ordinárias são admitidas para a discussão de temas tributários;
- (D) o pleito deveria ser apresentado em procedimento ordinário com tutela antecipada, o único cabível no caso relatado;
- (E) não é possível a compensação tributária pleiteada.

**19** - Na atual redação do artigo 14 do Código de Processo Civil é possível que o Juiz imponha sanções àqueles que tenham alguma interferência na relação processual, além das partes. Tal sanção está limitada a:

- (A) vinte por cento do valor da causa;
- (B) dez por cento do valor da causa ;
- (C) quinze por cento do valor da condenação;
- (D) dez por cento do valor da condenação ;
- (E) trinta por cento do valor da causa.

**20** - O artigo 374, do novo Código Civil, que determinava a aplicação das regras gerais de compensação às dívidas fiscais foi revogado por Medida Provisória. Observado o regulamento constitucional quanto às Medidas Provisórias, podemos dizer:

- (A) o ato não ofendeu a Constituição Federal vez que matéria de Direito Civil pode se regulada por Medida Provisória;
- (B) o ato é inconstitucional vez que o Código Civil não pode sofrer alterações por Medida Provisória;
- (C) a compensação tributária é matéria exclusiva de lei complementar federal;
- (D) o Código Civil somente poderia regulamentar a compensação entre particulares;
- (E) tendo sido revogada a norma quanto à compensação, a mesma inexistiria face à ausência de outras regras.

**21** - Supondo-se que o Supremo Tribunal Federal tivesse declarado a inconstitucionalidade da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública autorizado pela Emenda Constitucional nº 39, de 19.12.2002 e instituída, por lei local, pelo Município de Angra dos Reis. Nesse caso, necessariamente, observado o sistema constitucional vigente, a decisão ocorreria através do controle:

- (A) direto;
- (B) incidental;
- (C) misto;
- (D) esparso;
- (E) difundido.

**22** - A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, prevista no artigo 102, §1º da Constituição Federal, foi regulamentada por lei editada no ano de:

- (A) 1996;
- (B) 1995;
- (C) 1993;
- (D) 1988;
- (E) 1999.

**23** - O denominado “teto” de remuneração e de subsídios previsto pela Constituição Federal, no inciso XI, do artigo 37, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003, determina que os Desembargadores devem perceber, no máximo, o correspondente a:

- (A) sessenta inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio percebido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;

- (B) setenta inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio percebido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (C) oitenta inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio percebido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (D) noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio percebido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (E) noventa e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio percebido por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

**24** - Na ação rescisória quando nos referimos ao fundamento em que a decisão foi proferida por magistrado incurso no crime de concussão, tal ato foi proferido por juiz:

- (A) impedido;
- (B) suspeito;
- (C) peitado;
- (D) doloso;
- (E) incompetente.

**25** - A Lei Complementar nº 110, de 29.06.2001, instituiu contribuição social incidente sobre o FGTS devida pelos empregadores para custear despesas vinculadas à atualização das contas fundiárias. A alíquota determinada foi de:

- (A) cinco por cento;
- (B) dez por cento;
- (C) vinte por cento;
- (D) quinze por cento;
- (E) quarenta por cento.

**26** - A Ministra Ellen Gracie foi nomeada integrante do Supremo Tribunal Federal, sendo a primeira mulher a ocupar o honroso cargo. Segundo a nossa Constituição, os cargos do Supremo Tribunal Federal podem ser ocupados:

- (A) somente por brasileiros natos;
- (B) por brasileiros natos ou naturalizados;
- (C) somente por brasileiros naturalizados;
- (D) por brasileiros naturalizados, autorizados pelo Congresso Nacional;

- (E) por brasileiros natos, autorizados pelo Congresso Nacional.

**27** - O *Habeas Data* foi instituído pela Constituição Federal editada em 1988 e regulamentado por lei específica editada no ano de:

- (A) 1988;
- (B) 1989;
- (C) 1996;
- (D) 1997;
- (E) 1999.

**28** - Recentemente visitou a cidade do Rio de Janeiro a embarcação de um dos acionistas majoritários de conhecida empresa de informática. Supondo que um pescador curioso tivesse colidido o seu barco pesqueiro com a citada embarcação, causando prejuízos superiores a sessenta salários mínimos, em caso de ação indenizatória proposta, poderíamos afirmar que:

- (A) o rito adotado seria o ordinário, pelo valor da causa;
- (B) deveria ser utilizado o procedimento sumário, pela matéria envolvida;
- (C) deveria ser utilizado o procedimento sumário, pelo valor da causa;
- (D) caberia a aplicação de procedimento especial de jurisdição contenciosa;
- (E) o rito adotado deveria ser o sumaríssimo, pela matéria envolvida.

**29** - Romário propõe ação de cobrança em face de Charles que tramita perante o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí. Como defesa, o réu apresentou exceção de incompetência que foi julgada por sentença. Inconformado com a decisão, Romário ofereceu agravo de instrumento, que veio a ser improvido por maioria de votos, havendo ofensa à lei federal no acórdão proferido pelo Tribunal *ad quem*. Qual seria o recurso adequado para defender os interesses de Romário:

- (A) Embargos Infringentes;
- (B) Recurso Ordinário;
- (C) Recurso Extraordinário;
- (D) Embargos de Divergência;
- (E) Recurso Especial.

**30** - O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da constitucionalidade da Ação Declaratória de Constitucionalidade, prevista pela Emenda Constitucional nº 03, de 1993, decidiu ser possível controlar a constitucionalidade:

- (A) de lei complementar;
- (B) de lei delegada;

- (C) de emenda constitucional;
- (D) de lei ordinária;
- (E) de Regulamento.

**31** - É correto dizer em relação ao bem de família previsto no Código Civil e regulado pela Lei 8.009/90:

- (A) não pode ser o referido bem penhorado em qualquer hipótese;
- (B) deve ser registrado necessariamente no ofício imobiliário para receber a proteção legal;
- (C) pode ser objeto de execução por força de débito trabalhista relacionado ao copeiro ou mordomo do proprietário do imóvel;
- (D) é atingível por execução fiscal por força de débito do imposto de renda do proprietário do imóvel;
- (E) pode ser objeto de execução civil de qualquer natureza.

**32** - Amadeu adquire um automóvel em aparente bom estado de conservação de Fernando, tendo sido surpreendido, posteriormente, por defeito oculto no referido bem. Sobre o narrado é correto dizer:

- (A) o vício redibitório na coisa permite ação *quantum minoris* ou redibitória;
- (B) no exemplo referido é incabível ação redibitória ou *quantum minoris*;
- (C) somente é cabível a ação redibitória;
- (D) não seria caso de redibição mas sim de evicção;
- (E) poderia ser proposta ação estimatória.

**33** - Por força de norma contida em dispositivo constitucional a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal tem natureza de lei:

- (A) ordinária;
- (B) complementar;
- (C) delegada;
- (D) reforçada;
- (E) excepcional.

**34** - No concernente à ação monitória, podemos afirmar que:

- (A) depende exclusivamente de prova documental, sendo inadmitida mera afirmação do autor do direito postulado;

- (B) o trâmite adequado, dada a natureza das questões discutidas, é o ordinário;
- (C) permite a contestação para impugnar o postulado na peça exordial ;
- (D) é aplicável para o cumprimento das obrigações de fazer;
- (E) tramita através de procedimento especial de jurisdição voluntária.

**35** - Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada no âmbito do Congresso Nacional, decide convocar o Presidente do Tribunal do Trabalho da Quinta Região para prestar depoimento em relação a fatos conexos a sua administração, relevantes para a investigação parlamentar. Tal convocação, observados os termos da Constituição Federal é:

- (A) inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes;
- (B) possível, vez que o objeto da investigação está relacionado a atos administrativos;
- (C) inconstitucional, por violar a autonomia dos tribunais;
- (D) possível, também para investigar atos jurisdicionais;
- (E) inconstitucional, por violar o pacto federativo.

**36** - Em tema de responsabilidade civil, sendo a PETROBRÁS uma sociedade de economia mista, a ação relacionada a direito pessoal proposta incluindo a referida empresa no pólo passivo, prescreverá em:

- (A) cinco anos;
- (B) dez anos;
- (C) vinte anos;
- (D) quinze anos;
- (E) trinta anos.

**37** - A INFRAERO exerce as suas atividades autorizada por lei, tendo a natureza de:

- (A) empresa pública federal;
- (B) sociedade de economia mista federal;



- (C) autarquia federal;
- (D) organização não governamental;
- (E) entidade associativa cooperativa.

**38** - A utilização de áreas e espaços situadas em aeroportos, administrados pela INFRAERO, consoante entendimento jurisprudencial é sujeita a regras pertinentes a bens:

- (A) públicos;
- (B) privados;
- (C) mistos;
- (D) gravados;
- (E) do povo.

**39** - No concernente ao inventário, é correto afirmar que:

- (A) segue o rito sumário, previsto nos artigos 275 e seguintes do CPC;
- (B) o trâmite adequado, dada a natureza das questões discutidas, é o ordinário;
- (C) trata-se de procedimento especial de jurisdição voluntária.
- (D) tramita através de procedimento especial de jurisdição contenciosa;
- (E) é exclusiva da competência dos Juizados Especiais Cíveis.

**40** - Na atual redação do art. 475, do Código de Processo Civil, descabe o duplo grau necessário de jurisdição:

- (A) quando for julgado procedente o pedido em ação cognitiva proposta em face da União Federal;
- (B) no caso de procedência de embargos opostos à execução fiscal;
- (C) quando sucumbente autarquia federal;
- (D) no caso de decisão fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal;
- (E) quando a condenação for superior a sessenta salários mínimos.